

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2022  
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2022

**TERMO DE FOMENTO Nº 002/030/2022**

**QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO JEQUITIBÁ, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A ASSOCIAÇÃO DE POLÍCIA MIRIM – APM DE MANHUAÇU/MG.**

O **MUNICÍPIO DE ALTO JEQUITIBÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Catarina Eller, nº. 421 – centro, Alto Jequitibá, Estado de Minas Gerais, com inscrição no CNPJ sob o n.º 18.392.506/0001-59 daqui em diante simplesmente designado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Daniel Guimarães Sathler** brasileiro, casado, portador do CPF n.º 455.091.406-82 e na Carteira de Identidade MG-3.237.291, residente e domiciliado na Rua Antonio Eugenio Sanglard, nº. 230 – centro, Alto Jequitibá/MG e, de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO DE POLÍCIA MIRIM - APM**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.303.320/0001-07, com sede na Rua Teodoro Pio dos Santos, n. 252, Bairro Todos os Santos-Manhuaçu/MG, neste ato representado por seu presidente, Sr. LUIS FERNANDO BENTO, CPF n.º 047.187.406-06, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101/2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº. 2.100/2021, consoante o Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 006/2022 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O presente Termo de Fomento tem por finalidade a implantação no Município de Alto Jequitibá do **Projeto de Polícia Mirim-APM**, cuja MISSÃO é de promover um Projeto para atender adolescentes e jovens com idade entre 12 a 17 anos, com intuito de formar valores humanos, momentos de reflexão e aprendizagem, preparando juntamente com a família, escola e sociedade, capacitando nossos jovens para futura inserção no mercado de trabalho.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o valor total de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), que serão repassados em 01 parcela, conforme Plano de Trabalho.

a.1) Para cálculo deste valor, foram considerados os gastos com fardamentos, alimentação em geral, despesas com transporte (gasolina), material de escritório, material de primeiros Socorros, material Esportivo, segundo

informações contidas no Plano de Trabalho, poderá, entretanto, haver alteração do valor a ser repassado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, caso em que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL deverá comunicar previamente a entidade para adequação destinado ao atendimento do Termo de Fomento, mediante ajustamento através de termo aditivo;

b) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento, conforme art. 48 da Lei n.º 13.019/2014;

c) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, conforme art. 58 da Lei n.º 13.019/2014;

d) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este Termo de Fomento;

e) Realizar orientação, supervisão e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

f) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos, conforme art. 50 da Lei n.º 13.019/2014;

g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento, conforme art. 10 da Lei n.º 13.019/2014;

## II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Os treinamentos deverão ser realizados aos sábados no Ginásio Poliesportivo de Alto Jequitibá, podendo ser alterados de acordo com a necessidade das atividades, seguindo os horários abaixo:

- ✓ 7H40 ÀS 7H50 – FORMAÇÃO E HINO NACIONAL
- ✓ 7H50 ÀS 8H00 – CHAMADA
- ✓ 8H00 ÀS 9H30 – 1ª AULA
- ✓ 9H30 ÀS 9H45 – INTERVALO (LANCHE)
- ✓ 9H45 ÀS 11H00 – 2ª AULA

b) Os adolescentes e jovens Policiais Mirins deverão ter aulas teóricas, que serão realizadas na Escola Municipal Manoel Jose da Silva e no Salão do Sindicato dos Produtores Rurais de Alto Jequitibá, sendo que tais aulas fazem parte da grade curricular para a formação;

c) Os treinamentos deverão ser para até 100 (cem) alunos em formação, ingressando os mesmos como recruta;

d) A Associação de Polícia Mirim de Manhuaçu-APM deverá fornecer:

- até 100 fardamentos (calça, camisa e boina preta);
- Alimentação e geral;
- Despesas com Transporte (gasolina);
- Material de escritório;
- Material de Primeiros Socorros;
- Material Esportivo.

e) A carga horária deverá ser 180 horas/aula; período 9 meses (1º ano);

f) Os Participantes, terão disciplinas voltadas para hierarquia e disciplina, relações humanas, ética, cidadania e exemplo de vida;

g) No primeiro ano do projeto os inscritos receberão a insígnia de *Recruta* e terão oportunidade de pagarem as seguintes disciplinas: Ética e Cidadania I, Ordem Unida I, Noções de Trânsito I, Relações Humanas I, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) I, Hierarquia e disciplina, Aula de Música, Práticas Esportivas, Reforço Escolar, Espiritualidade, Artes/dinâmicas, Palestras/oficinas diversas e viagens de estudos diversos;

h) A grade curricular do 1º ano deverá ser conforme demonstrado abaixo:

| Grade Curricular – 1º Ano         |                     |
|-----------------------------------|---------------------|
| “POLICIAL APRENDIZ”<br>DISCIPLINA | CRÉDITOS            |
| Ética e Cidadania I               | 1 crédito/quinzenal |
| Ordem Unida I                     | 1 créditos/semanal  |
| Noções de Trânsito I              | 1 crédito/quinzenal |
| Relações Humanas I                | 1 crédito/quinzenal |
| ECA I                             | 1 crédito/quinzenal |
| Hierarquia e disciplina           | 1 crédito/quinzenal |
| Aula de Música                    | 1 crédito/semanal   |
| Práticas Esportivas               | 2 créditos/semanal  |
| Reforço Escolar                   | 2 crédito/mensal    |
| Espiritualidade                   | 1 crédito/quinzenal |
| Artes e Dinâmicas                 | 1 crédito/quinzenal |
| Palestras Diversas                | 1 crédito/mensal    |

i) Observar diretrizes e normas emanadas do órgão competente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL;

j) Facilitar, aos órgãos competentes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Termo de Fomento e do Plano de Trabalho dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

k) Obter e manter a autorização de funcionamento;

- l) Informar à Secretaria Municipal de Assistência Social o calendário de suas atividades, bem como o período de férias e recessos;
- m) Comunicar, de imediato, à Secretaria Municipal de Assistência Social, paralisações das atividades, alteração do número de jovens e adolescentes, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham interferir no treinamento e capacitação;
- n) Informar às famílias atendidas sobre as bases do Termo de Fomento;
- o) Apresentar mensalmente à SMAS o controle de frequência dos adolescentes e jovens atendidos;
- p) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos do Item I desta cláusula, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a Cláusula Primeira do presente Termo de Fomento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- q) Apresentar mensalmente à SMAS a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente Termo de Fomento, bem como documentação probatória;
- r) Manter todas as condições e critérios avaliados quando da habilitação, vigentes e válidos durante todo o período do ajuste, conforme art. 33, IV da Lei n.º 13019/2014;
- s) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento, conforme art. 69, da Lei n.º 13019/2014;
- t) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução, conforme art. 42, XX da Lei n.º 13019/2014;

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA PROPOSTA PEDAGÓGICA**

3.1 - Cabe à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas da SMAS, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

3.1.1 - A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do CMAS e com os principais eixos da Política Municipal de Assistência Social.

3.2 - A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMAS, durante todo o período de vigência deste Termo de Fomento, no sentido de assegurar o respeito aos direitos e à vivência plena e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

5.1 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Estadual e Municipal de Saúde.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

6.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 16.000,00(dezesseis mil reais) que serão repassados em 01 (uma) parcela única.**

6.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos que correrão a despesa à conta da dotação orçamentária nº. 0203 04 243 0002 0.032 3350 41 Ficha 0117

#### **CLÁUSULA SÉTIMA- DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

7.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

7.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

7.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos, conforme art. 51, parágrafo único, da Lei n.º 13.019/2014;

7.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos casos previstos no art. 48 da Lei n.º 13.019/2014.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

8.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos nos termos do art. 45 da Lei n.º 13019/2014, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

### **CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA**

9.1 - O presente Termo de Fomento terá vigência a partir de sua assinatura até o dia **31/12/2022**, conforme prazo previsto no anexo I - Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto, que poderá sofrer sucessivas prorrogações.

9.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, conforme art. 55, caput, da Lei n.º 13019/2014;

9.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado, conforme art. 55, parágrafo único da Lei n.º 13019/2014;

9.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo. .

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

10.1 – Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social e a Comissão de Monitoramento, fiscalizar as obrigações decorrentes deste Termo de Fomento.

10.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, conforme art. 62 da Lei n.º 13019/2014, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

11.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, nos termos do art. 64 da Lei n.º 13019/2014, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive cópias dos recibos de pagamentos devidamente quitados pelos funcionários, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – guias de encargos sociais e impostos devidamente quitados (INSS, IRRF, FGTS e SEFIP);

IV – Outros documentos eventualmente solicitados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas MENSALMENTE da aplicação dos recursos repassados.

11.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho.

11.3 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

11.4 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, conforme art. 70 da Lei n.º 13019/2014.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados, conforme art. 70, §1º da Lei n.º 13019/2014.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente, conforme art. 70, §2º da Lei n.º 13019/2014.

11.5 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, conforme art. 71 da Lei n.º 13019/2014.

11.6 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas, conforme art. 68, parágrafo único da Lei n.º 13019/2014.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES**

12.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência, conforme art. 57 da Lei n.º 13019/2014.

12.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

12.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

12.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

13.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até

que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

13.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

13.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RETENÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS**

14.1 - Os recursos financeiros constantes da alínea do item I da Cláusula Segunda:

a) Serão retidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL nas seguintes ocorrências:

I. Quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL;

II. Quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação à SME ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Anual de Atividades, apresentado à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

b) verificado o não cumprimento dos compromissos expressos no item I, cláusula segunda e parágrafo único, a SMAS notificará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente a regularização sob pena de:

I – em não regularizando, porém justificando a ocorrência, a retenção ficará a critério de parecer emitido pela SMAS;

II – em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro poderá ter efeito retroativo, se aprovado pela SMAS;

III – em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir do evento e abertura da Tomada de Contas Especial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

15.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE**

16.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município (Lei Municipal nº. 157/2002), a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

17.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência eletrônica e postal serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

18.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Manhumirim/MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Alto Jequitibá, 15 de março de 2022.

**DANIEL GUIMARÃES SATHLER**  
**PREFEITO DE ALTO JEQUITIBÁ**

**ASSOCIAÇÃO DE POLICIA MIRIM DE MANHUAÇU-APM**  
**LUIS FERNANDO BENTO**

TESTEMUNHAS

NOME:  
CPF:

NOME:  
CPF: